

Médicos querem manter o Sarah Kubitschek e pedem apoio da AL

O atendimento de emergência do Hospital Sarah Kubitschek será encerrado nesta sexta-feira, 21, sem que o serviço seja transferido para outra instituição. A denúncia foi feita ontem pelo médico Ricardo Ferreira Deusdará, ex-funcionário do Hospital, à Comissão de Saúde e Ação Social da Assembléia Legislativa. Deusdará e o médico José Wellington de Farias, entre outros funcionários da instituição, pediram apoio à Comissão para que seja estudada a possibilidade de se manter a estrutura física do Hospital Sarah Kubitschek para atendimento geral e que outra área seja construída para reabilitação física. Além disso, reivindicaram que os funcionários do hospital mantenham o direito de escolher para qual instituição querem ser transferidos. Os problemas do hospital decorrem da privatização, ocorrida em outubro do ano passado.

O superintendente-geral da Fhemig, Francisco de Assis Machado disse não ter conhecimento de que o serviço de emergência do Hospital Sarah Kubitschek será fechado nesta sexta. Segundo ele, será mantido o acordo pelo qual os serviços serão interrompidos apenas quando outro hospital puder absorver o atendimento. "A maternidade do Sarah Kubitschek foi fechada no dia 1.º de julho e só não houve a transferência para o Júlia Kubitschek porque os funcionários não aceitaram ir para outro hospital sem estarem oficialmente lotados", afirmou Machado. Ele garantiu, ainda, que vai levar em consideração, em primeiro lugar, o interesse público e, se for possível, compatibilizar o interesse particular dos funcionários para as transferências.

Funcionários do Hospital Sarah Kubitschek questionaram a

privatização, já que a Associação das Pioneiras Sociais, que dirige o hospital, recebeu, no primeiro semestre, de Cr\$ 120 a Cr\$ 130 bilhões. Os funcionários disseram, também, que seria melhor para a população que fosse construído outro hospital e não transferidos os serviços.

Hospital João XXIII

Marílio Malaguth Mendonça, diretor-geral do Hospital João XXIII, apresentou à comissão alguns problemas do Pronto-Socorro e propostas para tentar resolvê-los. Segundo ele, os principais problemas são a falta de pessoal e a baixa remuneração. As propostas apresentadas para tentar solucionar as questões foram a manutenção do horário corrido de seis horas e quem fizesse a opção por oito horas de trabalho teria acréscimo de 50 por cento nos salários; adequação dos vencimentos ao mercado e a liberação da receita interna de modo a distribuir 30 por cento como acréscimo de produtividade para os servidores.

Outra reivindicação de Malaguth foi a liberação de recursos para a conclusão das obras do João XXIII. Segundo ele, 18 milhões de dólares foram gastos com as obras e ele conseguiu uma redução de 40 por cento nos gastos porque alguns dos equipamentos descritos não estavam sendo utilizados. Outra denúncia do diretor do Hospital João XXIII foi a compra, há seis anos, de um tomógrafo completamente obsoleto por 1 milhão e 200 mil dólares. A empresa que vendeu esse tomógrafo está oferecendo, agora, um aparelho moderno ao custo de 180 mil dólares e sua manutenção seria feita por mil dólares mensais. O serviço de manutenção do tomógrafo antigo custaria, nessa empresa, 6 mil dólares.